

SUSTENTABILIDADE E O ISOMORFISMO INSTITUCIONAL: O CASO DO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE BELO HORIZONTE

Lucas Amaral Lauriano, Eduarda Carvalhaes

INTRODUÇÃO

Diversas tentativas com o objetivo de direcionar o comportamento das organizações, indivíduos e nações para a sustentabilidade vêm ocorrendo. A definição mais ampla de desenvolvimento sustentável nos diz que é preciso satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras. (WCED, 1987). Como não é possível compreender exatamente quais são as necessidades atuais e as futuras, o conceito é considerado apenas um ponto de partida para se pensar a sustentabilidade.

A crescente preocupação com o tema e o aumento da conscientização por parte das organizações, interessadas em dar continuidade à exploração equilibrada dos recursos naturais, vêm gerando pressões no desenvolvimento de fiscalizações no mercado como um todo. Nesse sentido, é interessante entender o papel que as certificações e legislações exercem em iniciativas que são vinculadas à diminuição de impactos negativos das organizações no meio ambiente natural.

O Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental é um caso referente ao município de Belo Horizonte que se encaixa no contexto. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em conjunto com o Comitê de Mudanças Climáticas e Ecoeficiência, o Programa

“[...] possui por finalidade estimular a prática de processos mais sustentáveis no que diz respeito aos efluentes gerados, sejam sólidos, líquidos ou gasosos, ao tratamento e/ou reuso desses afluentes, à eficiência do consumo de água e energia e aos materiais de construção utilizados no setor da construção civil”. (COUTINHO, 2011).

Além de entender as motivações para a criação desse Programa, uma das possibilidades de análise desse caso é buscar formular hipóteses relacionadas ao papel que a certificação pode assumir no estímulo a determinado padrão de comportamento das organizações. Objetiva-se analisar neste estudo como o Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Belo Horizonte pode incitar a homogeneização do comportamento das organizações em nível local em prol da sustentabilidade.

Para tal, o arcabouço utilizado será o isomorfismo institucional, com ênfase nas pressões informais pressupostas pelo isomorfismo coercitivo. Essas considerações teóricas serão feitas na próxima seção, para que na seção três o Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Belo Horizonte seja apresentado. Na seção quatro algumas considerações acerca do papel da Certificação na promoção da homogeneização comportamental das organizações serão apontadas. Por fim, a seção cinco traz algumas considerações finais.

O ISOMORFISMO INSTITUCIONAL E A SUSTENTABILIDADE

O isomorfismo é a tendência de homogeneização que as organizações possuem na atualidade, e “[...] constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais.” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.76).

É possível utilizar o isomorfismo como uma interpretação para que a sustentabilidade surja nas organizações. Nesse sentido, deveria haver a homogeneização do comportamento em prol da sustentabilidade em um processo de isomorfismo institucional identificado em três mecanismos: (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.77).

- Isomorfismo coercitivo
- Processos miméticos
- Pressões normativas

O isomorfismo coercitivo resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.77).

No setor da construção, por exemplo, é cada vez maior o número de consumidores que exigem a eficiência no consumo de água e energia das instalações prediais. Esse comportamento faz com que as organizações adotem medidas para que o desperdício dos recursos seja minimizado. Apesar de ser uma pressão informal, as construtoras adotam determinado padrão de construção que está de acordo com essa pressão.

Por outro lado, o setor governamental também pode incitar o processo de isomorfismo coercitivo, com a criação de leis mais rigorosas e alinhadas com os princípios de sustentabilidade. É importante lembrar que as leis partem de iniciativas de profissionais conscientes dentro do governo que enxergam a necessidade de homogeneizar o comportamento das organizações para que estas ajam de maneira mais sustentável.

A lei de proibição de uso de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais em diversas cidades brasileiras é um exemplo. Em resposta direta à ordem governamental, um comportamento que outrora fazia parte de uma realidade diferente do cotidiano é incorporado na rotina dos indivíduos, seja enquanto cidadãos, consumidores ou profissionais. O ambiente legal comum afeta as organizações de diferentes maneiras, mas é uma importante maneira de rotinizar o comportamento organizacional em prol da sustentabilidade.

Há ainda um isomorfismo coercitivo mais sutil como nas comunidades urbanas comprometidas com a democracia participativa. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.78). Nesses casos levam-se em consideração questões sociais, como maior participação da sociedade no processo de tomada de decisão, tentativas de diminuição da desigualdade e

inclusão social. As organizações inseridas nas cadeias produtivas adotam então comportamentos que buscam o alcance dos anseios da sociedade urbana.

Já o processo mimético surge quando as organizações utilizam outras como modelo, seja pela falta de compreensão das tecnologias organizacionais, “[...] quando as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica.” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.78).

Práticas que levam à sustentabilidade, adotadas pelas organizações inseridas nas cadeias produtivas, são, muitas vezes, parte de um processo de isomorfismo mimético, já que o problema da sustentabilidade perpassa por todas as características supracitadas.

O problema do excesso de gás carbônico na atmosfera, por exemplo. Sabe-se que mudanças climáticas são causadas por isso, mas existe uma incerteza com relação ao que fazer e o que pode acontecer se nada for feito para mitigar o problema. Além disso, muitas organizações não compreendem as tecnologias organizacionais que permitem a diminuição de emissão de CO2 em suas atividades e, por isso, utilizam outras organizações que já possuem esse processo em andamento como exemplo.

Esse processo pode não ser eficiente, afinal, como saber que a empresa que serve de modelo está no caminho certo? Essas organizações servem “[...] como fonte conveniente de práticas que a organização que a copia pode imitar.” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.78). Nesses casos, não é possível definir se aqueles que “copiam” são indivíduos conscientes ou não, já que a consciência do indivíduo pode estar direcionada somente com o cálculo racional que visa ao lucro.

Por outro lado, é importante incentivar o processo mimético de práticas que já são tidas como positivas para a sustentabilidade, como aquelas relacionadas com a gestão responsável para a sustentabilidade (GRS). Quanto mais comportamentos relacionados à GRS forem incorporados na rotina dos indivíduos, maior é a consciência desses atores sociais para a sustentabilidade.

De maneira geral, quanto mais ampla a população de pessoas empregadas ou a quantidade de clientes servidos por uma organização, maior a pressão sentida pela organização para oferecer os programas e oferecidos por outras organizações. Assim, tanto uma força de trabalho experiente quanto uma ampla base de clientes pode impulsionar o isomorfismo mimético. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.79).

Supondo que uma grande empresa de empreendimentos imobiliários adote práticas e posturas sustentáveis,

como a utilização de materiais de baixo impacto, e essa empresa seja reconhecida não somente dentro da cadeia produtiva do setor, mas também pela sociedade, como uma empresa com posturas adequadas, há a tendência de que essas práticas incentivem outras empresas a também adotar essa postura. O determinante para que uma empresa catalise o processo mimético é o impacto dessa organização e a percepção de outras de que a organização a ser copiada é legítima e bem-sucedida. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.79),

Por fim, as pressões normativas derivam principalmente da profissionalização, entendendo esta

[...] como a luta coletiva de membros de uma profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho, para controlar a “produção dos produtores” (LARSON, 1977, p.49-52) e para estabelecer uma base cognitiva e legitimação para a autonomia de sua profissão. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.79).

Os profissionais dentro das organizações também estão sujeitos aos processos miméticos e coercitivos, mas é interessante observar os aspectos da profissionalização que incentivam o isomorfismo: a educação formal e a seleção de pessoal. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.80). Com relação ao primeiro, é a essência do processo de conscientização, já que pressupõe que determinados conhecimentos e práticas serão replicadas para os profissionais, que por sua vez fazem parte da organização.

A educação para a sustentabilidade deve existir para que os profissionais, ou futuros profissionais, saiam das instituições de ensino preparados para aplicar os conhecimentos apreendidos de maneira que todos apresentem um comportamento homogêneo em relação à sustentabilidade. Quando esses indivíduos atuam em suas organizações dessa maneira, há a rotinização desse comportamento.

O segundo aspecto se apresenta quando percebemos que existe a reprodução da gestão. Os candidatos a uma vaga são escolhidos, geralmente, a partir de um mesmo grupo de atributos e universidades, tendendo assim “[...] a enxergar os problemas da mesma maneira, a considerar como normativamente sancionados e legitimados os mesmos procedimentos, estruturas e políticas e tomarão decisões de maneira similar.” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.80). Além disso, quando consideramos a existência de profissionais conscientes nas organizações, a contratação de aspirantes a emprego também conscientes é facilitada.

Com esses três processos, o isomorfismo institucional tende a ocorrer nas organizações, e a sustentabilidade pode ser alcançada se pensarmos por esses processos. Com isso não queremos dizer que todas as organizações traçarão os mesmos planos e estratégias para a sustentabilidade, e sim que elas tendem a incorporar a sustentabilidade em seus sistemas de gestão.

Falar de sustentabilidade é incluir uma gama de temas que variam imensamente de um elo a outro na cadeia produtiva; assim, mesmo atuando em prol da sustentabilidade, as empresas atuarão de maneiras distintas. A sustentabilidade nas organizações deve estar em coerência com as peculiaridades da organização, o que, intuitivamente, nos leva à conclusão de que diversas ações diferentes em prol da sustentabilidade surgirão.

PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Programa de Certificação de Sustentabilidade Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte (SMM) foi marcado em 2006 pela criação do Comitê de Mudanças Climáticas e Ecoeficiência. Este tinha como objetivo o desenvolvimento de ações que visavam à redução das emissões de gases poluentes, contemplando a utilização de fontes renováveis de energia, a melhoria da eficiência energética, o uso racional de energia e a promoção da redução, reutilização e reciclagem de resíduos. (COUTINHO, 2011).

Nestes termos a Prefeitura de Belo Horizonte atua então, dentro de sua competência e de acordo com o Art. 9 do projeto de lei nº 1518/2011, com o intuito de incentivar e facilitar práticas ambientais sustentáveis dentro do âmbito da construção civil. Assim sendo, ela possui como dever promover ações e campanhas de educação ambiental, orientar e fiscalizar os agentes envolvidos no processo. Além de ser de sua competência definir as áreas destinadas à disposição final de resíduos e efetuar o cadastramento das áreas públicas e privadas que possam ser utilizadas para recebimento, armazenamento ou triagem de materiais destinados à reutilização ou a reciclagem.

A partir de seu decreto, o Comitê passou a incentivar diversas iniciativas e trabalhos que visavam a ações em prol da sustentabilidade. Em seu histórico podem ser listadas a participação no projeto REDE ELO do ICLEI¹, desde 2006; a participação no projeto PoliCS do ICLEI, desde 2008; a elaboração e a publicação do documento “Diretrizes sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência em Belo Horizonte”, em dezembro de 2008; a aprovação da Deliberação Normativa n° 66, em 2009; a elaboração do Inventário dos Gases de Efeito Estufa do Município de Belo Horizonte, concluído em 2009, e a concepção do Programa de Certificação de Sustentabilidade Ambiental, de 2009 a 2011. (MORAVIA, 2011).

Apesar das várias contribuições do Comitê para as iniciativas sustentáveis do município, este artigo pretende abordar o viés do Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental em empreendimentos.

O Programa pretende, além de lançar diretrizes que incentivem a mitigação dos impactos ambientais negativos causados pelas construções existentes e em licenciamento no município, valorizar os empreendimentos que buscam a diminuição desses impactos e, ao mesmo tempo, mostrar aos consumidores que empreendimentos de baixo impacto são opções atrativas economicamente. Essa política pública é resultante de discussões do Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE) e também fará parte de um Programa de sustentabilidade para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. (MORAVIA, 2011, slide 4).

Tendo como base legal a Deliberação Normativa n° 66/2009 do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), o Programa visa à implementação de processos ambientais tendo como base quatro temas da sustentabilidade ligados ao meio ambiente: a água, a energia, os resíduos e as emissões atmosféricas.

Seguindo as dimensões trabalhadas, foram estabelecidos então os objetivos específicos, que são, respectivamente, a redução do consumo de água incentivando a efficientização, a prática de utilização de água de chuva e a reciclagem; a redução do consumo de energia elétrica buscando a efficientização, a utilização de aquecedores solares e a geração de energia; a redução e reciclagem de resíduos sólidos; e, por fim, redução, neutralização, e/ou a compensação das emissões de gases de efeito estufa. (COUTINHO, 2011).

¹O ICLEI é Associação democrática internacional de governos locais e organizações governamentais de diferentes esferas, que assumiram um compromisso com o desenvolvimento sustentável. O Primeiro Congresso Mundial do ICLEI na América Latina ocorrerá dos dias 14 a 17 de junho de 2012, em Belo Horizonte.

A partir da demarcação dos processos sustentáveis ligados a cada tema, foram criados três tipos de Categorias de Certificações, ou três tipos de Selos Verdes, que classificam os empreendimentos. O Selo Bronze é destinado a empreendimentos que atenderam apenas um tema sustentável, o Selo Prata é designado a empreendimentos que atenderam dois temas e o Selo Ouro a empreendimentos que atenderam, no mínimo, três temas.



Figura 1: Selos de Certificação de Sustentabilidade.
Fonte: MORAVIA, 2011.

A Certificação será facultada a todas as edificações regularmente licenciadas no município, sendo estas “públicas e privadas, residenciais, comerciais e/ou industriais, que adotarem medidas que contribuam para a redução do consumo de água, de energia, das emissões e da geração de resíduos sólidos”. (MORAVIA, 2011).

A análise feita para indicar os resultados de cada dimensão será baseada na entrega de dois resultados, dependendo do valor alcançado em cada tópico avaliado. Os empreendimentos que conseguirem atingir o índice esperado ganharão o Selo de Certificação de Sustentabilidade. Aqueles que não obtiverem o índice, mas que alcançarem uma redução significativa, ou seja, uma redução menor que a prevista pelo Programa, ganharão o certificado de Boas Práticas.

Com isso, no que diz respeito à dimensão da Água, só será destinado à certificação de resultado o empreendimento que conseguir redução maior ou igual de 30%. Aqueles que obtiverem redução menor do que 30% e maior ou igual 20% receberão a certificação de Boas Práticas. (COUTINHO; LOTT, 2011).

Na categoria de Energia, o empreendimento só receberá o resultado de certificação se fizer redução do consumo energético maior ou igual a 25%. E receberá o certificado de Boas Práticas se conseguir

redução menor do que 25% e maior ou igual a 20%. (COUTINHO; LOTT, 2011).

Já na dimensão das Emissões Atmosféricas, o certificado de resultado dependerá da categoria do empreendimento. Após reconhecida a sua categoria, se o mesmo obtiver compensação e neutralização das emissões atmosféricas de no mínimo 80%, ganhará o Selo de Certificação. Nessa categoria não existe o certificado de Boas Práticas por possuir um índice almejado bastante elevado, devido à alta apreensão no que se refere às emissões de gases de efeito estufa. (COUTINHO; LOTT, 2011).

Por fim, na dimensão de Resíduos, a certificação será entregue àqueles que reduzirem no mínimo 30% dos resíduos, reciclarem no mínimo 70% e executarem um índice de reaproveitamento e/ou compostagem de resíduos de no mínimo 50%. O certificado de Boas Práticas ambientais será entregue aos empreendimentos que conseguirem uma redução de no mínimo 15% dos resíduos, apresentarem um índice de reciclagem mínimo de 40% e tiverem reaproveitado e/ou levado à compostagem no mínimo 20% dos resíduos. (COUTINHO; LOTT, 2011).

Como o Programa não possui a obrigatoriedade em seus termos, os empreendedores interessados na certificação que já possuem edificações licenciadas, ou até mesmo que estão sujeitos a licenciamento ambiental, devem “apresentar à SMM a Declaração de Intenções, acompanhada do projeto preliminar que contemple as diretrizes estabelecidas” (COUTINHO, 2011) pela deliberação da Certificação. Ao se inscrever, o empreendedor pode ainda optar por todas as categorias ou somente pelas que lhe interessa passar pelo critério de análise.

A finalização prevista para a implementação do projeto coincide, propositalmente, com a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, pois procura atender os requisitos propostos pela FIFA para realização do Programa *Green Goal*, como já mencionado. Esse projeto estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental dos empreendimentos hoteleiros, que possuírem uma área superior a 6.000 m², a se instalarem no município de Belo Horizonte. (COUTINHO, 2011).

O licenciamento contará com duas etapas: a primeira terá uma fase conjunta de Licença Prévia e Licença de Implantação, em que deverão ser apresentados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), juntamente com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Plano de Controle Ambiental (PCA); e a segunda será a Licença de Operação. (COUTINHO, 2011). Ainda como requisito do Programa, os empreendimentos deverão preocupar-se em utilizar tecnologias de baixo impacto ambiental

que beneficiem tanto o meio ambiente quanto os seus consumidores. Ao final, o Projeto contará com um guia de segmentos econômicos sustentáveis – bares, restaurantes, *shopping centers*, estádios, hotéis etc. - que, além de ajudarem na conscientização da sociedade, também trarão reconhecimento e valorização para esses empreendimentos envolvidos.

Os trabalhos do Programa de Certificação de Sustentabilidade Ambiental já tiveram início com a realização de um primeiro *workshop* sobre a iniciativa, em setembro de 2011. Sediado no Centro Mineiro de Referência em Resíduos, em Belo Horizonte, o evento contou com um público de construtores, consultores e profissionais de diversos órgãos e empresas interessados no Programa. Nele foram apresentadas iniciativas ligadas a empreendimentos sustentáveis que estão em processo de execução. Também foi apresentado o que há de alta tecnologia no mercado que envolve a mitigação de impactos ambientais. Essa etapa é uma importante forma de mostrar as boas práticas existentes no mercado, o que pode incentivar a homogeneização comportamental das organizações, como veremos na próxima seção.

Apesar de todas essas ações apresentadas no Workshop serem iniciativas próprias de empreendedores sensibilizados e conscientizados com a importância de se pensar nos impactos ambientais negativos das organizações, o Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental provoca novos e mais diretos incentivos ligados à sustentabilidade, além de também incentivar a consciência em prol da sustentabilidade na sociedade e no setor da construção civil no município. Para a compreensão dos efeitos que a certificação pode incitar na cadeia produtiva do setor da construção de Belo Horizonte, o isomorfismo institucional oferece uma análise interessante, realizada a seguir

O PAPEL DA CERTIFICAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte pode exercer o isomorfismo coercitivo na medida em que compreendemos que a Certificação em Sustentabilidade Ambiental, apesar de não ser uma pressão formal, gera uma mobilização informal para sua adoção.

As organizações que a adotarem possuirão algumas vantagens, como destaque mercadológico durante a Copa do Mundo de 2014, advindo do alinhamento com o Programa *Green Goal*, da FIFA, que reconhece as atitudes voltadas para a diminuição de impactos negativos das ações humanas no planeta; com a adoção da certificação há ainda ganhos econômicos, ao diminuir gastos com energia, água, materiais e resíduos. Além disso, vantagens mais subjetivas podem ser mencionadas, como atrelar a imagem da organização à da sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.

As vantagens supracitadas não beneficiam somente as organizações, mas também os consumidores, já que os gastos de água e energia serão menores, diminuindo o custo da utilização das instalações. Esses fatores podem gerar uma pressão informal dos consumidores, que preferirão esse tipo de estabelecimento aos outros.

A Certificação em Sustentabilidade Ambiental pode afetar campos organizacionais diversos, apesar de todos estarem relacionados de maneira direta ou indireta com o setor da construção. Compreende-se aqui como campos organizacionais unidades de análise que associam a sociedade e as organizações, permitindo compreender como as mudanças nos comportamentos dos atores sociais se relacionam com as organizações e suas atividades e processos. (DIMAGGIO, 1986).

As organizações inseridas nesses campos, como vimos, respondem a atitudes de outras organizações também inseridas nesses campos. (DIMAGGIO; POWELL, 2005). As respostas das organizações àquelas que já estão em vias de certificação podem gerar um movimento de homogeneização comportamental. Nesse sentido, além de observar as pressões advindas dos consumidores e do governo, é possível analisar também um processo mimético que a certificação pode causar.

Alguns exemplos mostrados durante os eventos organizados pela Prefeitura de Belo Horizonte são bastante ilustrativos. O projeto de um hotel de Belo Horizonte, um empreendimento tradicional e de grande porte da cidade, já se destaca há dez anos pela sua eficiência no consumo energético, e é um bom exemplo de iniciativa que serve para inspirar e influenciar a conscientização do setor. O hotel possui desde o seu projeto inicial a necessidade de diminuir o consumo energético, adequando o sistema de ar-condicionado juntamente com o sistema de aquecimento de água. (PEIXOTO; TELLO, 2011).

É interessante observar que o investimento para a adaptação de dois sistemas para o melhor atendimento do empreendedor gerou economia de energia tanto para a climatização quanto para o aquecimento de água,

trazendo ganhos constantes para o hotel no longo prazo. (PEIXOTO; TELLO, 2011). Ainda é importante ressaltar que, nessa mesma rede de hotéis, existe outra edificação que possui um porte três vezes menor, mas consome mais gás por não ter um sistema alternativo de consumo de energia.

Outros projetos apresentados como o recém-construído edifício sede da FIEMG, que possui nível de eficiência **A** certificado pelo PROCEL Edifica² e o projeto de um *shopping* local, que, além de possuir um sistema alternativo de água, implementou um sistema de captação de água de chuva, servem também de modelo para empreendedores que desejam agregar valor tanto econômico quanto ambiental para seus segmentos.

As iniciativas escolhidas como referência podem gerar um efeito de isomorfismo institucional incitado por um processo mimético. Vimos que essa situação decorre ou da boa imagem que a organização possui dentro do campo organizacional em que atua ou da expertise envolvida nesse processo, a qual não é compartilhada por outras organizações. (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Nas duas situações, o empreendimento em questão pode se enquadrar. Por um lado, o hotel e o *shopping* possuem uma imagem tradicional, que lhe conferem uma boa imagem em seus setores; por outro, os gestores desses empreendimentos possuem expertise nas tecnologias utilizadas para diminuição do uso de energia e de água, por já trabalharem com esse tipo de processo.

Outras organizações que também queiram aplicar a eficiência energética e de uso de água naturalmente recorrerão aos exemplos, configurando o processo mimético descrito por Dimaggio e Powell (2005). No exemplo do hotel, o campo organizacional composto pelos hotéis é consolidado, mas isso não impede que as inovações dentro desse campo surjam. O que as considerações teóricas relacionadas ao isomorfismo nos mostram é que, uma vez que a inovação de uma dessas organizações é comprovadamente bem-sucedida, a tendência é que outras organizações também passem a adotá-la, fazendo com que esse seja o comportamento esperado por elas. (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Se o comportamento esperado dos hotéis for o de implantar sistemas de eficiência energética e de uso da água no longo prazo, é possível correlacionar o isomorfismo institucional com a sustentabilidade, na medida em que os novos comportamentos esperados

² “O Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL EDIFICA foi instituído em 2003 pela ELETROBRÁS/PROCEL e atua de forma conjunta com o Ministérios de Minas e Energia, o Ministério das Cidades, as universidades, os centros de pesquisa e entidades das áreas governamental, tecnológica, econômica e de desenvolvimento, além do setor da construção civil.” (ELETROBRAS, 2011).

dessas organizações visam à utilização equilibrada dos recursos naturais e diminuição dos impactos negativos dos hotéis no meio ambiente.

Da mesma forma, uma das explicações possíveis para a homogeneização comportamental das organizações é a eliminação de organizações que não satisfaçam as condições esperadas pelo mercado. (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Ao considerar que a certificação exerce uma pressão informal para a sua adoção, por um lado, e as organizações que a adotam são bem-sucedidas na diminuição de gastos e alinhamento com os pressupostos da sustentabilidade, organizações que não satisfazem a essas condições podem perder vantagens competitivas no longo prazo, desaparecendo do mercado. (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Apesar de ser arriscado afirmar que a competição por si só elimina organizações que não seguem determinado comportamento, é possível observar que, mesmo dentro dessa hipótese, há uma mudança no comportamento das organizações em prol da sustentabilidade.

Nesse caso, é interessante observar que o isomorfismo é muitas vezes difuso, pois o que ocorre é um processo mimético, coercitivo e uma pressão normativa ao mesmo tempo. A tipologia utilizada é interessante para identificarmos como ocorre a mudança rumo ao isomorfismo, mas na prática é extremamente complicado separar os três processos. (DIMAGGIO; POWELL, 2005),

Com o programa de certificação, o que ocorre é o incentivo e o reconhecimento de organizações que possuam práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à diminuição de impactos ambientais de suas atividades. Mais do que isso, a certificação se torna uma vantagem comparativa daquelas organizações que a adotam, ao legitimar as suas boas práticas. É esperado que a certificação incite um movimento de isomorfismo institucional no longo prazo em prol da sustentabilidade, isto é, as organizações agem de maneira semelhante para buscar a certificação, e, ao mesmo tempo, o que ocorre é o uso racional de recursos e conscientização, tanto desses profissionais quanto dos consumidores e cidadãos.

Em uma escala mais ampla, o processo de isomorfismo pode surgir também em outras cidades e regiões metropolitanas. Com a percepção das boas práticas adotadas pela prefeitura de Belo Horizonte com a certificação, outros municípios tendem a se conscientizar e realizar um movimento de mimetismo. As possibilidades são muitas, mas o escopo utilizado nesse trabalho não nos permite avançar para além da questão local. É necessário, contudo, realizarmos algumas considerações finais relacionadas a esse processo, o que é feito na próxima seção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental de empreendimentos realizado pela prefeitura de Belo Horizonte é um passo importante para o desenvolvimento sustentável da região, em um primeiro momento, e em escala mais ampla, se considerarmos uma situação em longo prazo.

É importante contextualizar o que queremos dizer e quem deve agir para que o desenvolvimento sustentável ocorra e a teoria do Isomorfismo Institucional nos oferece uma tipologia bastante simples e ao mesmo tempo robusta. O caso analisado poderia ser replicado em diversos outros âmbitos, local, regional, estadual ou mesmo nacional. O objetivo desse artigo foi o de introduzir o pensamento da homogeneização comportamental das organizações e como ele se relaciona com a sustentabilidade, levando em consideração o caso da Certificação em Sustentabilidade Ambiental.

Uma questão que não foi abordada no artigo é o próprio fato de que a certificação criada pela Prefeitura de Belo Horizonte é um processo de isomorfismo mimético, já que a ideia é mesclar diversas outras certificações nacionais e internacionais em um selo alinhado a estas já consagradas certificações.

O assunto tratado neste artigo não está de nenhuma maneira esgotado. Reflexões sobre o papel do consumidor consciente e as mudanças em seu estilo de vidas e maneira de pensar são desdobramentos da nossa discussão inicial. Ainda, uma possibilidade para futuras pesquisas é acompanhar esse processo e observar se o que realmente ocorre é a homogeneização comportamental das organizações em prol da sustentabilidade, incitado por políticas públicas como a tratada no artigo.

Compreender o papel do Estado enquanto promotor da sustentabilidade e do isomorfismo é bastante interessante. No caso focamos apenas uma iniciativa, mas temos a noção de que esse movimento não é linear, como foi mostrado. Existe uma pluralidade de ações sendo tomadas pelo Estado na regulação e delimitação da atuação das organizações que podem ser indutoras de um processo mais amplo do desenvolvimento sustentável, e o Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental de empreendimentos é apenas uma dessas ações.

REFERÊNCIAS

ABDI. Estudo Panorama Setorial de Construção Civil. 2009. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Panorama%20Setorial%20de%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil.pdf>> Acesso em: 18 set. 2011.

BROWN, Darrel; DILLIARD, Jesse; MARSHALL, R. Scott. *Triple Bottom Line: A Business Metaphor for a Social Construct*, 2006. Disponível em: <<http://webs2002.uab.es/dep-economia-empresa/documents/06-2.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2011.

BELO HORIZONTE. Projeto de Lei nº 1518, de 2011. Disposições sobre a Política Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil em Belo Horizonte – POMGER. Disponível em: <<http://cmbhapweb.cmbh.mg.gov.br:8080/silinternet/consultaProposicoes/detalheProposicao.do?idDocumentoVinculadoPrincipal=2c907f762eb63c5b012ed8ac38e2121b&metodo=dowloadDocAnexado>> Acesso em: 16 de set. 2011.

COUTINHO, Weber. *Política de Sustentabilidade Ambiental*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 2011. 19 slides: color.

COUTINHO, Weber; LOTT, Vinicius. *Agenda de Sustentabilidade na Copa do Mundo 2014*. 2011. Disponível em: <http://www.confea.org.br/publique/media/copa_painel0.pdf> Acesso em: 16 de set. 2011.

DIMAGGIO. Structural analysis of organizational fields: a blockmodel approach. In: *Research in Organizational Behavior*. vol. 8, p. 335-370. 1986.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 72-89, 2005, p.76.

ELETRONBRAS-SP. Procel Info. 2011. Disponível em: <<http://www.eletronbras.com/pci/main.asp?TeamID={1C05658A-8C93-46EA-AC53-7ED9022085E2}>>> Acesso em: 17 de set. 2011.

FIEMG. Guia de Sustentabilidade na Construção. 2008. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/DiretivaHabitacaoSustentavel/GuiaSustentabilidadeSindusConMG.pdf>> Acesso em: 18 set. 2011.

MORAVIA, Wagner Guadagnin. *Programa de Certificação em Sustentabilidade Ambiental da Prefeitura de Belo Horizonte*. Dimensão: Resíduos Sólidos. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Gerência de

Planejamento e Monitoramento Ambiental, 2011. 40 slides: color.

PEIXOTO, M. Clara; TELLO, Rafael. *Hotel Mercure Lourdes*. Características Técnicas para Sustentabilidade. Belo Horizonte: Palestra de Certificação de Sustentabilidade Ambiental, 2011. 10 slides: color.

SECOVI-SP. Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento imobiliário urbano. 2011. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/sustentabilidade/indicadores-de-sustentabilidade/>> Acesso em: 16 set. 2011.

UN-Habitat. Business for Sustainable Urbanisation - Challenges and Opportunities. 2007. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2344>> Acesso em: 19 jul. 2011

WCED. *Our Common Future*. New York: Oxford University Press, 1987.